

Prezados Senhores,

Conforme se verifica no Termo de Referência, especialmente no item 4.2.1 e no detalhamento das atividades dos serventes, está expressamente prevista a limpeza e higienização de blocos de sanitários coletivos, incluindo a lavagem e desinfecção de vasos sanitários, pias, pisos, azulejos e demais superfícies, com frequência diária e, em alguns casos, mais de uma vez ao dia.

Todavia, observa-se que não há previsão expressa, na planilha de custos ou nas orientações para formação de preços, quanto à obrigatoriedade de inclusão do adicional de insalubridade, apesar de tais atividades se enquadrarem, como insalubres em grau máximo, nos termos do Anexo 14 da NR-15, do Ministério do Trabalho, bem como conforme entendimento pacífico do Tribunal Superior do Trabalho e reiterados precedentes do Tribunal de Contas da União e previsão expressa em CCT.

Diante disso, questiona-se:

O entendimento da Administração é de que as atividades de limpeza de sanitários coletivos previstas no Termo de Referência não ensejam o pagamento de adicional de insalubridade?

Caso positivo, qual o fundamento técnico e jurídico adotado para afastar a caracterização da insalubridade, considerando a natureza das atividades descritas?

Caso negativo, deverá o licitante incluir o adicional de insalubridade (em grau máximo) na planilha de custos e formação de preços, mesmo não havendo menção expressa no edital e em seus anexos?

Em sendo obrigatória a inclusão do referido adicional, haverá retificação do edital e das planilhas, a fim de assegurar a isonomia entre os licitantes e evitar a apresentação de propostas inexequíveis?

Ressalta-se que a ausência de esclarecimento objetivo sobre o tema pode comprometer a correta formação dos preços, gerar propostas artificialmente reduzidas e, futuramente, ocasionar desequilíbrio econômico-financeiro contratual, além de riscos trabalhistas à contratada e à própria Administração.

Diante do exposto, solicita-se o pronto esclarecimento por parte dessa Comissão, com a máxima brevidade possível, de modo a permitir a elaboração de propostas em estrita conformidade com a legislação trabalhista e com os princípios que regem as contratações públicas.

Termos em que,
Pede deferimento.